

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Brasília Class.: 22

Data: 06/12/79 Pg.: _____

Empresa acusada de genocídio contra índios

Vitória — Ao encerrar ontem uma filmagem de duas semanas sobre os Tupiniquins e Guaranis da região de Caieras Velhas, 70 quilômetros ao norte de Vitória, o produtor da televisão estatal da Noruega, Jon Sletbak, acusou a Aracruz Celulose de praticar verdadeiro genocídio contra os índios, «ao reduzir-lhes cada vez mais as possibilidades de sobrevivência, inicialmente pela ocupação de suas terras agricultáveis com eucaliptos e, mais recentemente, pela poluição dos mangues onde eles extraem mariscos que são a sua única fonte de renda atualmente».

Segundo Jon, que há quatro anos visita regularmente a América Latina para produzir reportagens especialmente sobre minorias raciais, os Tupiniquins já morreram uma vez com o genocídio de que foram vítimas ao serem violentamente integrados na sociedade nacional e ao perderem em consequência sua identidade étnica. «Hoje acrescentou — eles são um agrupamento de pouco mais de 600 pessoas esquecidas de sua própria língua, tal o estado de degradação cultural a que foram levados».

«Se o governo não fizer alguma coisa com urgência — disse — eles vão morrer também fisicamente graças ao que, sem dúvida alguma, pode ser classificado de genocídio contra uma minoria racial esbulhada em seus direitos sobre uma grande área territorial por um poderoso grupo econômico com a Aracruz Celulose, que é presidido por um norueguês, Erling Lorentzen, casado com uma filha do rei Olavo V da Noruega», além de manter contato com os índios da região, Jon filmou a gigantesca fábrica da Aracruz Celulose, com uma capacidade de produção de 400 mil toneladas anuais, e parte do litoral afetado pelo lançamento de efluentes industriais com substâncias altamente tóxicas, como clorossoda, que praticamente estão eliminando a fauna marinha do litoral. O que mais o impressionou foi a capacidade de sobrevivência dos Tupiniquins, com sua persistência numa primitiva pesca de caranguejo, depois de perderem as terras onde faziam suas lavouras de milho, feijão e mandioca para a Aracruz. Porém, Jon constatou que, em consequência da poluição, os mariscos de um modo geral desapareceram, exceto o caranguejo, que continua sendo pescado pelos índios, mas em menor escala.

«De acordo com o que os Tupiniquins me contaram — relatou antes da fábrica entrar em operação em outubro do ano passado, cada um deles pescava em média de oito a dez dúzias de caranguejos por dia e atualmente sua produção não vai além de cinco dúzias. Como a poluição é irreversível, tendo em vista a experiência dos lagos noruegueses contaminados também por fábricas de Celulose, parece-me que em breve os Tupiniquins e os guaranis não terão mais o que pescar».

Infiltração

Maceió — Por acreditar que esteja havendo «infiltração» entre os índios xucurus-cariris, de Palmeiras dos Índios, que tomaram de assalto a Fazenda Crfurna, o prefeito da cidade, Eneas Simplicio, pediu a Secretaria de Segurança que investigue a atuação de pessoas consideradas estranhas à tribo e que são vistas se deslocando para o acampamento dos índios.

O prefeito deseja vender as terras da fazenda para ajudar à fundação, que mantém a faculdade autônoma de Palmeira, a construir sua sede. Os índios reclamam uma posse histórica, desde 1822, mas a prefeitura possui escritura passada em cartório da cidade que contradiz o documento indígena.

A questão foi levada à Funai, e, enquanto não se decide a situação, 850 índios estão reunidos armados de flechas, facão e facas, dispostos a resistir qualquer tentativa de desmobilização do seu movimento de ocupação, que já dura quatro dias. O prefeito sugere à Funai a compra das 450 trefas, cerca de 150 hectares da fazenda, por Cr\$ 3 milhões, para resolver de vez a situação.



Andreazza assinou convênio com o governo gaúcho para dar assistência aos índios

Indígenas do RS terão convênio de assistência

O Ministério do Interior e o governo do Rio Grande do Sul, com interveniência da Funai assinaram ontem um protocolo de cooperação para um trabalho conjunto no campo sócio-econômico e cultural dirigido «à autopreservação das populações indígenas remanescentes do Rio Grande do Sul». O documento foi assinado pelo ministro Mário Andreazza, do Interior, governador Amaral de Souza e coronel Nobre da Veiga, presidente da Funai.

O convênio objetiva uma programação para a saúde, educação e assistência técnica. O programa a ser cumprido será elaborado por um grupo de trabalho com a participação de líderes indígenas e deverá «privilegiar de modo especial medidas de preservação das terras e de restabelecimento da flora e fauna nativas e o meio-ambiente próprios do Rio Grande do Sul, dentro de enfoque comunitário autêntico em que participe livremente o índio».

Os recursos para a execução dos programas virão tanto da Funai como do Ministério do Interior e governo do Estado. Estes recursos serão orçamentários e extra-orçamentários e o documento prevê também a colaboração «de instituições privadas voltadas para o apoio e a proteção à cultura do índio, assim como pessoas de notório saber e de relevantes serviços prestados à causa silvícola. Os trabalhos serão coordenados pela Secretaria de Trabalho e Ação Social».

Para o presidente da Funai, este é o primeiro de uma série de convênios. Neste sentido já foram mantidos contatos com os governos do Paraná, Sergipe e Rondônia.

Acredita ele que os demais governos seguirão o exemplo do Rio Grande do Sul. Quanto ao protocolo com Rondônia, o presidente da Funai deverá, antes, fazer uma visita à área.

DISCURSOS

O coronel Nobre da Veiga fez o primeiro discurso lembrando que este protocolo de cooperação atenua a indisponibilidade do órgão tutelar em «atender eficientemente às comunidades indígenas». Por sua vez o governador Amaral de Souza depois de ter dito que realizou ontem «um grande sonho, que é o de concorrer para que se faça justiça àqueles que representam uma cultura, o ser humano», acentou que o governo de seu Estado «se empenhará para a proteção cultural e autonomia das comunidades para que elas escolham seus caminhos. Integração de forma natural e não pressionada pelos interesses políticos sociais e econômicos».

Coube ao ministro Andreazza encerrar a cerimônia. Em seu discurso o ministro do Interior destacou alguns pontos desta nova fase de trabalhos da Funai: 1 - «objetivo único de unir esforços humanos e materiais para melhor assistir as comunidades indígenas do Rio Grande do Sul; 2 - trabalhos desta natureza somente se tornam fecundos e duradouros quando deles participam lideranças naturais. Para isso «é que está prevista a participação de representantes autóctones legítimos»; 3 - será mantida com a Funai, «em sua plenitude a tutela do índio... com rigoroso respeito aos seus valores culturais e às riquezas sob seu usufruto».

Índios podem perder suas terras em MT

O senador biônico Amaral Furlan apresentou projeto de lei autorizando «declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação de terras que, pela União, foram destinadas a constituir o patrimônio da Fundação Nacional do Índio». No projeto o senador se refere principalmente às terras devolutas de Mato Grosso, «incluídas no acervo de bens do Parque Nacional do Xingu».

Ao tomar conhecimento do projeto o antropólogo Olímpio Serra, ex-diretor do Parque considerou a medida como mais uma «que visa solucionar os problemas dos fazendeiros e pretensos proprietários de terras no Parque do Xingu». O antropólogo disse ainda que este projeto «envolve aspectos extremamente perigosos e na justificativa inclui uma série de inverdades, como a própria interpretação da Constituição».

Olímpio Serra analisou o projeto e criticou não apenas sua «inconstitucionalidade» como «atentatório aos direitos indígenas, sobretudo aos do Parque do Xingu, uma vez que considera os territórios tribais assistidos pela Funai como bens da Funai, o que não é verdade, pois o território indígena é do índio».

«Na verdade o projeto quer obrigar a Funai a oferecer outras terras aos índios, mas como é possível?, disse Olímpio informando ainda que «se há erros eles foram feitos pelo governo de Mato Grosso que na década de 50 loteou as terras indígenas. A má fé do projeto diz que na época os Villas-Boas transferiram 15 tribos para o Parque do Xingu, o que não é verdade, apenas quatro foram levadas para lá: txikão, tapayuña, kajabi e krena-karore».

REPÚDIO

O Conselho Indigenista Missionário distribuiu nota de repúdio ao projeto de Amaral Furlan afirmando que esta «é mais uma manobra de agressão contra a população indígena brasileira e estranhamos profundamente que a Funai não tenha tomado nenhuma atitude frente ao que vem acontecendo».

Diz ainda a nota que «este projeto deve ter sido colocado nas mãos do senador ou por alguém da Funai, ou por um grupo de fazendeiros, governador Frederico Campos ou pelo biônico do Estado, Gastão Muller, pois não há como vincular o projeto ao senador Amaral Furlan».